À Comissão Permanente de Licitações - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24.182/2023

PROCESSO: 20220058393

Objeto: contratação do serviço continuado de empresa especializada para execução do serviço de recolhimento, depósito, guarda e auxílio na organização de leilões públicos de veículos de terceiros, objeto de medidas administrativas previstas nas Leis nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB), 5.022/1998 (Lei de Transportes) e 6.443/2014 (Lei de veículos abandonados).

A empresa Pátio RCA Remoção E Guarda De Veículos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.385.669/0001-04, com sede na ROD. MG 220 KM 183, S N, Bairro: Andrequicé, Cidade: Três Marias/MG, CEP: 39.205-000, e-mail: licitacoes.rca@gmail.com, neste ato representada por sua representante legal, ROSIANE MARTINS DA SILVA, vem

IMPUGNAR

nos termos do Edital, conforme fundamentos a seguir.

DA IMPUGNAÇÃO***Da Habilitação – Item 13. Qualificação técnica***

13.1. Certidão de Registro e Quitação da Anuidade da empresa e do(s) seu(s) responsável(eis) técnico(s) expedida pelo CRA e/ou entidade equivalente, da região onde está situado a licitante, comprovando sua regularidade.

13.2. Indicação do responsável técnico para acompanhamento da execução contratual, com comprovação de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente em área compatível com a gestão do objeto licitado.

13.3. A comprovação de que o responsável técnico integra o quadro permanente da licitante será feita através da cópia autenticada da CTPS, ficha funcional, contrato de prestação de serviços, contrato social, ata de eleição da diretoria OU, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma.

O Edital, de forma ilegal, estabeleceu que a futura contratada deverá estar inscrita no Conselho Regional de Administração. Trata-se de uma exigência ilegal e sem amparo em nenhum normativo legal ou regulamentar.

Em nenhum outro edital de licitação para a contratação de objeto idêntico ou semelhante tal exigência foi estabelecida. A gestão de pátios e remoção de veículos não contemplam competências privativas de técnico em administração ou de administrador.

Mister frisar que 99% das empresas que atuam no ramo do objeto não contam com profissionais ligados a essa área e nem com registro empresarial no referido conselho. Ou seja, trata-se de uma exigência que tem por escopo exclusivo restringir a competitividade e, na pior das hipóteses, direcionar a contratação.

A título comparativo, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União sequer admite a exigência de Registro no referido Conselho para fins de qualificação técnica de empresas especializadas na gestão de mão de obra. No caso em questão, a referida exigência soa ainda mais absurda.

Acórdão 4608/2015-Primeira Câmara, TC 022.455/2013-2

[...]

3. Nas licitações públicas, é irregular a exigência de que as empresas de locação de mão de obra estejam registradas no Conselho Regional de Administração, uma vez que a obrigatoriedade de inscrição de empresa em determinado conselho é definida em razão de sua atividade básica ou em relação àquela pela qual preste serviços a terceiros, nos termos do art. 1º da Lei 6.839/80. Pedido de Reexame interposto por empresa licitante contestou deliberação que julgara improcedente representação formulada pela recorrente contra suposta irregularidade contida em edital de pregão eletrônico promovido pelo Banco do Brasil S/A para contratação de serviços de vigilância armada. A recorrente alegou, em síntese, que “na contratação de serviços, especialmente de vigilância para a administração pública, seria imprescindível o cumprimento da obrigatoriedade do registro cadastral das empresas de vigilância e do seu Administrador Responsável Técnico no Conselho Regional de Administração, nos termos dos arts. 14 e 15 da Lei 4.769/1965, bem como no art. 5º da Constituição”. Aduziu ainda que “a locação de mão de obra especializada decorre de recrutamento, seleção e treinamento, práticas privativas da profissão do Administrador, conforme alínea ‘b’ do art. 2º da Lei 4.769/1965”. O relator rejeitou as alegações recursais, registrando que “a jurisprudência desta Corte de Contas vem se assentando no sentido de não ser exigível das empresas de locação de mão de obra o registro nos Conselhos Regionais de Administração - CRA para a participação nas licitações da administração pública federal. Somente nos casos em que a atividade fim das empresas licitantes esteja diretamente relacionada à do administrador é que a exigência de registro junto a Conselho Regional de Administração se mostra pertinente. Não é o caso da contratação de serviços de vigilância armada objeto do pregão em questão”. Explicou o relator que tal entendimento estaria de acordo com o art. 37, inciso XXI, da Constituição, o qual “estabelece que, nas licitações, somente se pode fazer exigências de qualificação

técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações que deverão ser assumidas pela futura contratada”. Ademais, ressaltou, “a obrigatoriedade de inscrição de empresas em determinado conselho é definida segundo a atividade central que é composta pelos serviços da sua atividade fim, nos termos do art. 1º da Lei 6.839/1980. Dessa forma, os mencionados arts. 2º, alínea ‘b’, 14 e 15 da Lei 4.769/1965, que dispõem sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, não impõem às empresas que exploram atividade de prestação de serviços de vigilância o registro na entidade competente para a fiscalização do exercício da profissão de administrador”. Considerando a improcedência dos argumentos recursais, o Tribunal, pelos motivos expostos no voto, conheceu do Pedido de Reexame para, no mérito, negar-lhe provimento. (Acórdão 4608/2015-Primeira Câmara, TC 022.455/2013-2. Relator Ministro Benjamin Zymler. Data da Sessão: 18/8/2015)

Dessa forma, requer que tal exigência seja suprimida e o edital seja republicado.

Da exiguidade do prazo para a montagem do Pátio

Edital estipulou que o pátio deverá estar no prazo de 30 (trinta) dias da assinatura do contrato para iniciar execução dos serviços:

6.3. ESTRUTURA MÍNIMA EXIGIDA

6.3.1. A empresa deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato, implantar o pátio e iniciar os serviços previstos neste termo, devendo estar localizado e possuir a seguinte estrutura mínima, de modo a atender da melhor forma possível o público e a CONTRATANTE:

6.3.1.1. Terreno com área útil condizente com a frota local (Região do Credenciamento), para guarda dos veículos, com torres de iluminação com altura e potência suficientes que permitam total visibilidade de todo o pátio;

6.3.1.2. Cercado por muro de ao menos 2,20 m de altura;

6.3.1.3. Concertina, arame farpado ou cercas elétrica em todo perímetro;

6.3.1.4. Sistema de câmeras de monitoramento com cobertura de 100%(cem por cento) da área e sem pontos cegos;

6.3.1.5. Seguro de responsabilidade civil (contra roubo/furto, incêndio, acidentes, catástrofes naturais e etc) com cobertura a partir do recebimento do veículo pelo guincheiro (momento do recolhimento);

6.3.1.6. Dispositivo (dique ou elevador) para verificação e inspeção dos veículos;

6.3.1.7. Área para fotografia dos veículos destinados a desfazimento em Leilão;

6.3.1.8. Estrutura de apoio ao usuário: escritório informatizado com capacidade para a geração de boletos e receber pagamento via PIX, sala de espera e banheiros;

6.3.1.9. Sala com no mínimo 10 m², com disponibilidade de energia elétrica, internet, impressora com scanner, mesa (dimensões mínimas de 1,5m x 0,6m) e 03 (três) cadeiras à disposição da contratada, caso haja necessidade de implementação de ponto de apoio para liberação de veículos.

6.3.1.10. Localização dentro do município de Natal e/ou Grande Natal, devendo ser murado e possuir segurança 24h;

O referido prazo é extremamente exíguo e insuficiente para que novas empresas interessadas participem da competição. Tal cenário de limitação sugere que o certame licitatório estará sendo restringido as empresas locais e que já dispõem de estrutura prévia para executar os serviços.

A estrutura que está sendo exigida demandará necessariamente a locação de um terreno, a execução de obras e serviços de engenharia, obtenção de alvará junto a Prefeitura, vistoria do Corpo de Bombeiros para obtenção do AVCB, ligações junto as concessionárias de energia elétrica, água e esgoto, contratação de profissionais, instalação de equipamentos, obtenção e interligação de software e inúmeros outros itens que se relacionam direta ou indiretamente com o atendimento da demanda do depósito e dos serviços que serão executados.

O edital não apresenta sequer uma possibilidade de prorrogação do referido prazo em caso de necessidade de saneamento de pendências e obrigações pontuais. Frisa-se que em todos os certames licitatórios para a contratação de objeto semelhante e de menor vulto é concedido um prazo superior ao que foi estabelecido, bem como a possibilidade de sua dilatação.

A título de exemplificativo, segue relação dos editais, tamanho do pátio e prazo de montagem que foi estabelecido nas Delegacias Seccionais da Polícia Civil do Estado de São Paulo:

2º Seccional de Polícia Judiciária da Capital - Pregão 03/2020 – Processo 016/2019

Área Total: 22.000 m²

Prazo Montagem: 90 (noventa) dias podendo ser prorrogado uma vez (p.54)

Edital: https://www.bec.sp.gov.br/bec_pregao_ui/edital/becprp16001.aspx?bsAJv%2bO1sZlBshSgqObZDAsGKpmBhFLs48NBcS%2fdwCSYccdIhCetDI%2bp5d%2f04M0a

6º Seccional de Polícia Judiciária da Capital - Pregão 01/2021 – Processo 21/2019

Área Total: 24.333 m²

Prazo Montagem: 90 (noventa) dias podendo ser prorrogado uma vez (p.66)

Edital: https://www.bec.sp.gov.br/bec_pregao_UI/Edital/becprp16001.aspx?yA7pT5BlzNLJp4yiklAlwf5EDNxtX5Wwhilbg2FRV8wUTBpX406ilJERnoviEbbOU

Delegacia Seccional de Assis - Pregão 11/2022 – Processo DGP 2315/2021

Área Total: 9.000 m²

Prazo Montagem: 90 (noventa) dias podendo ser prorrogado uma vez (p. 9 e 48)

Edital: https://www.bec.sp.gov.br/bec_pregao_ui/edital/becprp16001.aspx?%2fjlfPv99MB7ghGOKER1Xt2orAf%2bcewAnzLnr%2fwONXLcggiRdl3bQeN%2b3viSxRCUT

8º Seccional de Polícia Judiciária da Capital – Pregão 02/2021 – Processo 46/2019

Área Total: 25.635,94 m²

Prazo Montagem: 90 (noventa) dias podendo ser prorrogado uma vez (p. 41)

Edital: https://www.bec.sp.gov.br/bec_pregao_UI/Edital/becprp16001.aspx?L4MmVjY3%2bS72exvE0IFMfupLsZ2bkN5X0aaCx7WxgulS0jkEVmDvim5qXeVojK%2fr

Seccional de Casa Branca – Pregão 02/2021 – Processo 34/2021

Área Total: 8.252,15 m²

Prazo Montagem: 90 (noventa) dias corridos podendo ser prorrogado uma vez (p. 10, 29 e 53)

Edital: https://www.bec.sp.gov.br/bec_pregao_UI/Edital/becprp16001.aspx?bd2vcMmADdFYVRogV07d%2fXygJd2vlyXQMccshl%2b7m91isBwx%2f81gbhZtXqwHJuHr

Em todos os editais acima, foram concedidos prazos bem superiores ao que foi fixado no presente edital. Tais elementos reforçam a tese de que o certame está sendo restringido e/ou direcionado.

Não há como realizar a montagem de um depósito em tão pouco tempo. Para que isso fosse possível, seria indispensável que a futura contratada iniciasse a instalação do pátio antes da conclusão do certame licitatório, o que não é admitido, sob pena de ocasionar prejuízos aos licitantes que sequer detém o direito subjetivo a celebração do contrato.

Nesse quesito, o Art. 3º, §1º da Lei 8.666/93 preconiza que é vedado aos agentes públicos prever e tolerar cláusulas ou condições nos atos de convocação que restrinjam o caráter competitivo do certame.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Dessa forma, requer que o prazo fixado para a montagem do depósito e início da execução dos serviços seja alterada para, no mínimo, 90 (noventa) dias.

DOS PEDIDOS

Face ao exposto, requer o acolhimento da presente IMPUGNAÇÃO pelas razões expostas acima, procedendo-se com a republicação do edital.

Nesses termos, pede deferimento.

Três Marias/MG, 14 de outubro de 2024.

ROSIANE MARTINS DA SILVA

Sócia